



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 54 / 2017.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

PROTOCOLADO
Divisão das Comissões
Proj. de Lei nº _____
Proj. de Lei Comp. nº 928/2017
Resolução _____
Decreto Legislativo _____
Emenda _____
Data 11/07/17 Horário 15:00h

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso III do art. 65 da Lei Orgânica Municipal, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que *"Dispõe sobre a Reestruturação Administrativa do Conselho Municipal da Juventude (COMJUVE) no Município de Porto Velho e estabelece outras providências"*.

Em síntese, o Projeto de Lei Complementar tem por objetivo, a Reestruturação Administrativa do Conselho Municipal da Juventude – COMJUVE, bem como a sua vinculação financeira a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF.

A medida se faz necessária, tendo em vista que após a sanção da Lei Complementar nº 648/2017 de que trata da Reforma Administrativa no âmbito da Prefeitura do Município de Porto Velho, foi extinta a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas da Juventude, passando esta compor a estrutura administrativa da SEMASF na forma de Departamento de Políticas Públicas da Juventude, ficando o Conselho sem nenhuma vinculação para fins financeiros.

A nova composição apresentada no PL para o Conselho Municipal da Juventude, é formada por 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo estes distribuídos entre 07 (sete) representantes Governamentais e 08 (oito) representantes da Sociedade Civil Organizada.

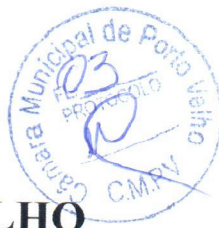
A Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, garantirá o apoio financeiro ao COMJUVE, restando ao Departamento Municipal de Políticas Públicas para a Juventude – CMPPJ, o apoio técnico-administrativo para o funcionamento do conselho.

Desta feita nobre vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Complementar em anexo, ao tempo em que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho, 07 de Julho de 2017.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

RECEBIDO EM:
07/07/17
WChaves



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 29 ,DE 07 DE JULHO DE 2017.

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº 928/2017

Resolução MENS. nº 54

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 11/07/17 13 de julho

"Dispõe sobre a Reestruturação Administrativa do Conselho Municipal da Juventude (COMJUVE) no Município de Porto Velho e estabelece outras providências".

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de atribuições que lhe confere o incisos III, IV do art. 87 da lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Porto Velho aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR :

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal da Juventude do Município de Porto Velho (COMJUVE), órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF).

§ 1º O COMJUVE tem como finalidade assegurar os direitos dos jovens, que corresponde a faixa etária de 15 (quinze) à 29 (vinte e nove) anos - Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013, e criar condições para seu progresso, autonomia, integração e participação efetiva na sociedade por meio da proposição, acompanhamento e fiscalização das Políticas Públicas para Juventude.

§ 2º Para efeitos do direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil terá o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País.

Art. 2º. Compete ao COMJUVE:

I - promover, qualificar e garantir a participação da sociedade na formulação e no controle das políticas públicas de juventude;

II – implementar e fixar as diretrizes gerais de políticas públicas municipal de atendimento à juventude, em colaboração com os órgãos públicos municipais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

III- promover estudos qualitativos e quantitativos nos campos, educacional, cultural, político, econômico, social e do trabalho, do esporte, lazer e saúde, objetivando subsidiar o planejamento das ações públicas para este segmento no município;

IV – supervisionar o cumprimento da legislação voltada para a juventude e buscar recursos para a implementação de políticas para os jovens;

V – propor e fortalecer mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os órgãos públicos municipais.

VI – viabilizar o processo de planejamento setorial em sua totalidade, assegurando suporte técnico em conformidade com as diretrizes aos órgãos municipais;

VII – estimular e impulsionar o associativismo juvenil, prestando o apoio e assistência quando solicitado nos organismos públicos e movimentos sociais;

VIII – examinar propostas, denúncias e queixas relacionadas a ações voltadas à área da Juventude, subsidiar as instâncias superiores, conforme lhe seja solicitado, no que concerne ao planejamento e ao processo decisório relativo a políticas públicas de juventude, programas, projetos e atividades de sua área de competência;

IX – Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à juventude;

X – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e normas de funcionamento.

XI – convocar a Conferência Municipal de Juventude, aprovar seu Regimento Interno e normas de funcionamento.

Art. 3º. O Conselho Municipal da Juventude é órgão deliberativo de caráter permanente e de composição de representantes do Poder Público e Sociedade Civil, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis municipais.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. O COMJUVE será composto de 14 (Quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes Governamentais e Sociedade Civil, assim distribuídos:

I – 07 (sete) representantes governamentais, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF);

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde (SEMUSA);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- (SEMES);
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMES);
 - d) 01 (um) representante da Fundação Cultural (FUNCUTURAL);
 - e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED);
 - f) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal (CMPV) indicado pelo Presidente da Casa;
 - g) 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito.

II – 07 (sete) representantes da sociedade civil dentre aqueles legalmente constituídas e em regular funcionamento, sem fins lucrativos e com atuação municipal no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da juventude.

§ 1º Os representantes governamentais serão de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídos a qualquer tempo, *ad nutum*, mediante nova designação.

§ 2º Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos no Fórum Municipal de Juventude, cuja convocação será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF) em, no máximo, 60 (sessenta) dias após a aprovação desta Lei Complementar, por meio de edital publicado no Diário Oficial do Município ou em veículo de comunicação de alcance municipal.

★ § 3º A distribuição das cadeiras da Sociedade Civil organizada, e será constituído, pelo segmento juvenil não poderá ocupar mais de 01 (uma) cadeira.

§ 4º O processo eleitoral será organizado por uma comissão eleitoral composta por 3 (três) representantes governamentais e 3 (três) representantes da sociedade civil organizada.

§ 5º Os representantes da sociedade civil organizada que compõem a Comissão Eleitoral, serão indicados pela Conferência Municipal de Juventude, exceto na sua primeira edição, que serão eleitos no Fórum Municipal de Juventude.

§ 6º Os membros a que se refere o caput deste artigo será ser compostos, majoritariamente, por jovens entre 15 e 29 anos de idade conforme a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, envolvidos com trabalhos diretamente relacionados ao segmento ao qual pertence.

§ 7º No mínimo 30% (trinta por cento) dos representantes que tratam a composição dos incisos I e II deverão ser reservados para as mulheres.

Art. 5º. Os representantes governamentais e da sociedade civil terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 (uma) recondução.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Art. 6º. Nas ausências e nos impedimentos justificados dos conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. Perderá a representação ou o mandato o membro do COMJUVE que deixar de tomar posse nos 2 (dois) meses subsequentes à sua designação ou deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, no prazo de 1 (um) ano, salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pelo Plenário.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º. O COMJUVE contará com a seguinte estrutura organizacional:

- I – Plenário;
- II – Diretoria;
- III – Comissões Temáticas; e
- IV – Secretaria Executiva.

§ 1º O Plenário é o órgão deliberativo e soberano do COMJUVE.

§ 2º A Diretoria é composta pelo:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Primeiro Secretário; e
- IV – Segundo Secretário.

§ 3º No primeiro mandato da Diretoria, o Presidente será o representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF), a fim de organizar a efetividade do COMJUVE, sendo que a presidência será alternada anualmente entre a sociedade civil e a representação do Poder Público.

§ 4º O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano. Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos uma única vez.

§ 5º A composição das Comissões Temáticas será deliberada em Plenário e terá, no mínimo, 3 (três) membros, cujas atribuições serão disciplinadas no regimento interno.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. A função de conselheiro, não remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando a ausência a quaisquer outros serviços quando determinada pelo comparecimento às suas sessões, reuniões de comissões ou participação em diligências.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF) prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do COMJUVE.

Art. 10. O orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF) conterá rubrica destinada à manutenção das atividades COMJUVE.

Art. 11. O chefe do Poder Executivo poderá disponibilizar servidores públicos efetivos para prestar serviços e compor a Secretaria Executiva do COMJUVE, sem perda de direitos, de vantagens pessoais, nem do vínculo funcional.

Art. 12. Periodicamente acontecerá a Conferência Municipal de Juventude para discutir, estudar e avaliar as políticas públicas de juventude no âmbito do municipal, com a finalidade de delineá-las e apresentá-las na Conferência Estadual de Juventude.

Art. 13. Até que se aprove o regimento interno, o processo de escolha dos representantes da sociedade civil organizada será definido e conduzido por uma comissão provisória, coordenada pelo Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF), conforme estabelece o § 4º do art. 4 desta Lei Complementar.

Art. 14. As despesas decorrentes de hospedagem, alimentação e transporte dos membros titulares e suplentes serão custeadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF), na forma de Legislação em vigor.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 2.161 de 08 de Maio de 2014.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito